JORNAL Comércio

Porto União/SC | União da Vitória/PR | Ano 95 | Edição **6847** | **R$ 9,99**
Sexta-Feira, 30 de Janeiro | **Sábado,** 31 de Janeiro | **Domingo,** 01 de Fevereiro de 2026

TRABALHADORES EM RISCO!

Número de acidentes de trabalho preocupa na região. Em Bituruna, um jovem perdeu o braço

PÁGINA 05



COM REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS E MAIS INVESTIMENTOS, PARANÁ REDUZ HOMICÍDIOS EM 40% DESDE 2018

Enquanto os homicídios caíram cerca de 40% no período, as apreensões de drogas cresceram quase 500%, evidenciando uma atuação mais eficiente das forças de segurança na prevenção de crimes e no enfraquecimento das organizações criminosas

| Da AEN-PR

Foto: SESP



Entre 2018 e 2025, o Paraná promoveu uma transformação estrutural na área da segurança pública ao combinar a redução consistente da violência com o fortalecimento do enfrentamento ao crime organizado. Enquanto os homicídios caíram cerca de 40% no período, as apreensões de drogas cresceram quase 500%, evidenciando uma atuação mais eficiente das forças de segurança na prevenção de crimes e no enfraquecimento das organizações criminosas.

Os resultados refletem uma política pública baseada em planejamento, investimentos contínuos e uso intensivo de tecnologia e inteligência policial, especialmente a partir de 2019. O impacto é sentido tanto nos indicadores de crimes contra a vida quanto na queda expressiva de roubos e furtos, além do avanço histórico nas ações de combate ao tráfico de drogas em todo o território paranaense.

Para o governador Carlos Massa Ratinho Junior, os resultados refletem uma política de segurança baseada em planejamento, investimento e integração. “Os números mostram que o Paraná escolheu enfrentar o crime com inteligência, tecnologia e valorização das nossas forças de segurança. Investimos de forma consistente, fortalecemos a presença do Estado em todas as regiões e colocamos a vida do cidadão em primeiro lugar. O resultado é um Estado mais seguro, com menos violência e mais qualidade de vida para a população”, afirmou.

Segundo o secretário de Estado da Segurança Pública, Hudson Teixeira, os resultados são fruto de uma reestruturação profunda do sistema de segurança pública iniciada em 2019. “O cenário da segurança pública no Paraná foi totalmente alterado. Tivemos a retirada de presos das delegacias, contratação de delegados e policiais civis, o que permitiu que a polícia judiciária pudesse cumprir sua missão principal, que é investigar”, lembrou.

“A Polícia Militar também teve um acréscimo de quase 7 mil policiais, além de um trabalho forte de integração entre as forças, inteligência, tecnologia e cobrança de metas. Nós estipulamos metas para os comandantes e fazemos reuniões mensais para avaliar o que está acontecendo em cada região. Tudo isso, somado às campanhas que criamos, como a Mulher Segura e a Homem para Homem, ao trabalho integrado de repressão ao tráfico de drogas e à participação da sociedade, que aumentou muito as denúncias pelo 181, explica esses resultados”, acrescentou Teixeira.

Homicídios

Os avanços na Segurança Pública são identificados nos indicadores de crimes contra a vida. Os homicídios dolosos, que somaram 1.955 casos em 2018 caíram para 1.691 em 2019, uma redução de cerca de 13,5%. Em 2025, o número chegou a 1.183 registros, o que representa uma queda de aproximadamente 39% em relação a 2018. Esse resultado se reflete na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, que caiu de 17,23 em 2018 para 9,9 em 2025, uma redução superior a 43%.

Em 2025, dos 399 municípios paranaenses, 164 não registraram nenhum homicídio doloso ao longo do ano, o equivalente a cerca de 41% das cidades do Estado. Parte desse resultado está associada a estratégias específicas de atuação territorial, como a Operação Cidade Segura, desenvolvida pela Polícia Militar do Paraná com foco na redução de homicídios, furtos e roubos.

Entre 2024 e 2025, a operação foi realizada em 87 municípios e resultou em uma redução média de 29,8% nos crimes monitorados, sendo que oito dessas cidades não registraram nenhum homicídio durante o período das ações.

Feminicídio

Outro dado relevante é a redução dos feminicídios. Em 2024, o Paraná registrou 109 casos desse tipo de crime. Em 2025, o número caiu para 87 ocorrências, uma diminuição de aproximadamente 20%, resultado de políticas integradas de prevenção, proteção às vítimas e atuação mais rápida das forças de segurança. Os registros de estupro também apresentaram retração no comparativo histórico, passando de 6.860 casos em 2018 para 6.305 em 2025, uma redução de cerca de 8%. Entre 2024 e 2025, a queda foi de 16%.

Sobre os casos de feminicídio, o secretário Hudson Teixeira, adiantou que, a partir de 2026, o Estado vai aprofundar o trabalho integrado para prevenir a violência contra a mulher. “Nós vamos cruzar os dados dos municípios onde houve feminicídio, onde há mais registros de violência doméstica e onde há mais exames de lesão corporal feitos pela Polícia Científica. Com esse cruzamento, vamos atuar de forma mais objetiva e mais eficaz, antecipando situações de risco e fortalecendo a rede de proteção”, explicou.

Apreensão de drogas

O enfrentamento ao tráfico de drogas é outro ponto central na estratégia de segurança pública do Estado. Entre 2018 e 2025, as apreensões cresceram de forma significativa. A quantidade de maconha retirada de circulação saltou de 99,8 toneladas em 2018 para 137,2 toneladas em 2019 e chegou a 546,5 toneladas em 2025, o que representa um crescimento de 447% no período.

No caso da cocaína, as apreensões passaram de 1,6 tonelada em 2018 para 8,2 toneladas em 2025, o que representa um crescimento de aproximadamente 414% no período, ou seja, o volume apreendido em 2025 foi mais de cinco vezes maior do que em 2018. Já na apreensão de crack, os números subiram de 1.092 toneladas em 2018 para 3 toneladas em 2025, o que equivale a um aumento de cerca de 173%.

Esses números colocaram o Paraná na liderança nacional em apreensões de drogas em 2025. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 566 toneladas de entorpecentes foram apreendidas no Estado ao longo do ano, o equivalente a 35% de tudo o que foi retirado de circulação no País

JORNAL Comércio
Rua Dário Bordin, 313 - União da Vitória (PR)
CEP: 84600-180
Tel: (42) 3521-2050
CNPJ Matriz: 77.958.882/0001-27
CNPJ Filial: 77.958.882/0002-08
FUNDADO EM 11 DE JUNHO DE 1931

DIREÇÃO GERAL
Eduardo Carpinski
EDITOR-CHEFE
Rafael Peruzzo
GERÊNCIA
Andrews Batista
CONSELHO EDITORIAL
Sitamar Brittes

Redação
(42) 99823 - 0044
Comercial
(42) 3521 - 2050

Assinatura anual
Local: R$ 360,00 | Microrregião: R$ 600,00
Circulação
União da Vitória, Cruz Machado, Paulo Frontin e Porto União
FILIADO
ADIPR
ADJORI SC 01/2026 CCJ REGULARIDADE COMPROVADA



Horóscopo

Previsão para a semana

João Bidu
joaobidu.com.br

ÁRIES | 21/03 a 20/04

Corre o risco de transformar o grupo do zap e reuniões familiares em capítulo de novela: cheio de drama e treta! Nos contatos e amizades, a falta de filtro, atrasos e atitudes imprevisíveis tendem a causar fuzuê. Pode até deletar alguém por impulso.

TOURO | 21/04 a 20/05

Além do risco de furdunços do passado virem à tona, você pode acabar criando outras tretas, principalmente com irmãos e secretários. Entre terça e sexta, sincericídios, discordâncias e lutas de poder tendem a queimar pontes, sobretudo profissionais.

GÊMEOS | 21/05 a 20/06

O dindin pode entrar na conta, mas Júpiter retrô na Casa da Bufunfa avisa que deve sair sem nem você se dar conta de como ou pra onde. E além de excessos de gastos, também podem rolar excessos mentais, de tagarelices e planos mirabolantes.

CÂNCER | 21/06 a 21/07

Júpiter retrô no seu signo segue judiando: aumentando a bagunça interior, o drama (que já não é pouco) e as DRs com o love. E notícia puxada: a Casa 8 ativada pode cutucar feridas e tretas, principalmente com relação a recursos compartilhados.

LEÃO | 22/07 a 22/08

Com Júpiter na cabulosa 12ª Casa, pode sentir que precisa se distanciar um pouco das pessoas pra continuar gostando delas – e elas de você. Alguns vínculos podem passar por teste de resistência entre terça e sexta, inclusive com seu mô ou avós.

VIRGEM | 23/08 a 22/09

Seu perfeccionismo tende a vir no nível estresse, e aí pode acabar surtando e discutindo com colaboradores, empregados, assistentes etc. De quebra, tem risco de pintar cobrança extra no trabalho. Certas amizades e objetivos podem não rolar mais.

LIBRA | 23/09 a 22/10

O resumo da vida profissional deve ser: cansadíssima, ocupadíssima, atrasadíssima e estressadíssima. Pode ter alegrias entre terça e sexta, mas, como felicidade de pobre dura pouco, tensões tendem a azedar o clima com o love, filhos ou parentes.

ESCORPIÃO | 23/10 a 21/11

Tem risco de perrengue chique em viagem, cilada na internet e drama com cunhados, netos e viajantes. O lar vira um campo minado: opiniões nada caretas e ideias modernas demais podem virar longas discussões, ainda mais entre terça e sexta.

SAGITÁRIO | 22/11 a 21/12

Negociação, finanças compartilhadas e até a intimidade tendem a passar por poucas e boas. Pode exagerar no mimimei e nos mimos pros outros e deixar um rombo nas contas. Suas respostinhas na ponta da língua devem te meter em enrascadas.

CAPRICÓRNIO | 22/12 a 20/01

Seu inferno astral já foi, mas Júpiter retrô segue atazanando seus relacionamentos, seja com o love ou sócios. Até sexta, Marte deixa seu signo delicado como um elefante em loja de porcelanas, caprica. Sua conta pode ter baixas entre terça e sexta.

AQUÁRIO | 21/01 a 19/02

Vejo risco de ziquizira no trabalho e saúde, Aquário. E pode ser um misto de paz e amor com vai se lascar pra quem perturbar seu retiro social ou aquela cobrona até sexta. Dar vácuo no zap ou fria(o) tende a dar bode, sobretudo entre terça e sexta.

PEIXES | 20/02 a 20/03

Além de Júpiter retrô bem no paraíso astral, tem um bocado de astro infernizando seu astral. O resultado? A maré não tá pra Peixes, não. Podem rolar instabilidades, vontade de se isolar e até perrengues nos momentos de lazer, diversão e com o love.

adi ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DIÁRIOS DO INTERIOR DO PARANÁ — Pelo Paraná

PONTE DE GUARATUBA

A obra da Ponte de Guaratuba se aproxima do fechamento do trecho estaiado, quando os dois lados da estrutura irão se encontrar sobre o canal de navegação da baía. Com 320 metros, é o segmento mais complexo da obra, vencendo um vão central de 160 metros. Até dezembro de 2025, já foram executados cerca de 250 metros, com 40 aduelas típicas e duas de disparo concluídas. O fechamento marcará a união definitiva da ponte e um dos momentos mais simbólicos do projeto.

Resultados do Paraná

Em São Paulo, o governador Ratinho Júnior apresentou resultados da gestão, com o PIB do Paraná saltando de R$ 440 bilhões em 2018 para R$ 718,9 bilhões em 2024 e mais de R$ 300 bilhões em investimentos privados. O Estado conquistou nota A+ na Capag por dois anos seguidos e liderou a dispensa de alvarás no fim de 2025. Em infraestrutura, foram R$ 7,18 bilhões investidos em 2025, recorde histórico. Na educação e segurança, o Paraná alcançou o 1º lugar no Ideb, ampliou intercâmbios e reduziu homicídios em 24%.

Institutos Federais no Paraná

O vereador de Maringá, Mário Verri, destacou como "marco histórico" a liberação das obras de cinco novos Institutos Federais no Paraná. Segundo ele, a iniciativa representa "um passo concreto do Governo Lula no fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade". Em Maringá, o IF será construído no Eurogarden, com foco em ensino, pesquisa e inovação. "A expansão dos institutos leva desenvolvimento e prepara o Paraná para o futuro", afirmou.

Integração institucional

O TCE-PR e a Casa Civil do Paraná vão firmar Termo de Cooperação Técnica para intercâmbio de bases de dados. A iniciativa busca qualificar o planejamento de políticas públicas e reforçar a fiscalização da administração estadual. O acordo não prevê repasse de recursos financeiros e terá vigência de 60 meses. A formalização foi aprovada por unanimidade pelo Tribunal Pleno do TCE-PR.

Expo Cocari 2026

Durante a Expo Cocari 2026, entre 3 e 5 de fevereiro, a Cocari vai oferecer condições especiais para investimento em energia solar no meio rural e urbano. A tecnologia fotovoltaica permite reduzir custos, ampliar a previsibilidade dos gastos e aumentar a rentabilidade de propriedades, comércios e indústrias. Além da economia, os sistemas têm longa vida útil, baixo custo de manutenção e reforçam práticas sustentáveis cada vez mais exigidas pelo mercado.

Agroindústria familiar

Com a adesão de Campo Mourão, o Paraná alcançou 200 municípios integrados ao Susaf, sistema estadual de inspeção sanitária. A certificação permite que produtos da agroindústria familiar e artesanal sejam comercializados em todo o Estado. Atualmente, cerca de 160 estabelecimentos já são beneficiados, ampliando mercado e renda no interior.

Plano emergencial

A Câmara dos Deputados aprovou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que obriga concessionárias de rodovias a apresentar plano de ação para atendimento emergencial, com mapeamento e classificação de unidades de saúde. Relator da proposta, o deputado Toninho Wandscheer afirmou que a medida busca transformar punições em resultados concretos: "converter sanções pecuniárias em efetivos benefícios para a sociedade". O texto também prevê parcelamento especial de débitos junto à ANTT e à Antaq, com descontos e prazos ampliados, e segue agora para o Senado.

Coluna publicada simultaneamente em 24 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Da Redação ADIPR Curitiba
jornalismo@adipr.com.br

SST PLENITUDE
Saúde e Segurança do Trabalho
Vem ser Pleno.
Vem para a Plenitude!
42 98872-0808
42 98806-6132
Assessoria completa em segurança do trabalho!
Treinamentos obrigatórios
Levantamento Técnico e Vistoria
(Vistoria no prédio para indentificação dos riscos de incêndio)
Projeto Preventivo de Incêndio (PPCI/AVCB)
Acompanhamento do Processo junto ao Corpo de Bombeiros
(Adequação e suporte até a aprovação final!)





OPINIÃO

UMA AGENDA PARA O BRASIL

Por Ratinho Jr.

Foto: Brazil Journal



A tese de que "governar é escolher prioridades", defendida por John Kennedy na década de 60, continua válida – e serve para ilustrar o perfil dos governos.

Alguns apostam num Estado inchado, ineficiente e pesado como forma de induzir o crescimento. Abraçam o populismo irresponsável como trampolim momentâneo, ignoram metas fiscais e abusam da imprudência contábil. Penso justamente o contrário: menos máquina pública, mais eficiência, menor interferência do governo na vida de quem produz, e crescimento contínuo com estabilidade e segurança jurídica.

É essa a fórmula que temos aplicado à risca durante nossos sete primeiros anos no Governo do Paraná. As escolhas muitas vezes são difíceis, mas o saldo final não deixa dúvida: só há um caminho. Cabe ao governante eleito decidir se trabalha para a população ou para o corporativismo de sindicatos. Escolhi a primeira opção.

Neste caminho de diminuir o tamanho do Estado adotamos como uma das nossas primeiras ações a venda da Sercomtel, uma antiga empresa pública que pertencia ao Estado e ao município de Londrina. A Sercomtel era um símbolo de ineficiência: operava no vermelho e no final do mês sempre pedia socorro ao Governo. Ora, qual a lógica de um Estado manter uma companhia de telefonia? Recebemos R$ 130 milhões numa ação muito bem sucedida.

Propus ao nosso time destravar a máquina para atrair investimentos. E desde então estivemos na B3 para conceder seis lotes rodoviários, no maior programa de modernização logística da América Latina. E aqui um ineditismo: para garantir o apetite do setor privado e fortalecer a concorrência, alinhei com a gestão federal, ainda em 2022, a união de estradas estaduais e federais. A iniciativa deu certo e somente nos seis lotes atraímos mais de R$ 60 bilhões em investimentos.

Também concedemos oito áreas que estavam inutilizadas no Porto de Paranaguá (movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, pátio de veículos, terminal de açúcar e celulose, entre outros) e o canal de acesso. Privatizamos a Copel, a Copel Telecom, e investimos em três PPPs da Sanepar para acelerar a universalização do saneamento.

Porque vemos o setor produtivo como um aliado, atuamos para derrubar todas as amarras burocráticas de licenciamentos intermináveis, e tornamos a Junta Comercial do Paraná a mais célere do Brasil. Em outra frente, o Paraná trabalha com Fundos de Investimento Agrícolas, sistemas que conectam cadeias produtivas e com uma política eficaz de benefícios fiscais que trouxe ao Estado mais de R$ 300 bilhões em investimentos da Volkswagen, Renault, Ambev, LG, Klabin, Tirol, Nissim, Electrolux, entre outros.

Outro vetor importante em que apostamos foi o corte de impostos. Fomos o primeiro estado a reduzir a alíquota do IPVA (em 45%), que se tornou a menor do Brasil quando anunciada. Os emplacamentos aumentaram 42%. Além disso, o Paraná passou a ter a menor carga tributária para empresas do Simples Nacional, e a maior isenção de produtos da cesta básica.

Essas medidas não provocaram grandes mudanças nas contas públicas porque priorizamos o corte de gastos. O Estado alcançou no ano passado seu maior patamar de investimentos públicos da história: R$ 7,1 bilhões, e tem a maior dívida negativa do Brasil. Ou seja, o Paraná tem condições de pagar toda a dívida e ainda sobrariam R$ 8 bilhões.

O Estado também conquistou o selo da Secretaria de Tesouro Nacional Capag A+, fechou o ano passado com mais de R$ 70 bilhões de Receita Corrente Líquida e tem o melhor indicador previdenciário do Brasil por quatro anos consecutivos. Essas métricas mostram que é possível aplicar uma gestão eficiente e que, no fim do dia, a máquina sai menos onerosa para o cidadão.

O PIB do Paraná vai dobrar de tamanho em termos nominais entre 2018 e 2026. Quando assumimos era de R$ 440 bilhões. Neste ano devemos bater R$ 800 bilhões.

Também passamos a ser a quarta economia do Brasil, com o maior crescimento do País no primeiro semestre de 2025 (6,1%), além dos saltos significativos no comércio internacional, com recorde de exportações e na produtividade da indústria e do agronegócio, que crescem acima da média nacional.

O Brasil tem uma população ansiosa por um novo período na nossa história, disposta a testar uma nova geração que trabalha para implementar uma gestão moderna, sem falácias. Precisamos virar a página do atraso, da ineficiência e da briga política alimentada por dois extremos que se retroalimentam.

O Paraná está pronto para ajudar o Brasil a ter desenvolvimento sustentável sem interferência estatal, até porque o mesmo John Kennedy ensinou que o "conformismo é o carcereiro da liberdade e inimigo do crescimento".

Precisamos libertar o País desse modelo fracassado e apostar num Estado menor e mais parceiro de quem gera emprego e renda.

“PERDI UM BRAÇO, MAS NÃO A VIDA”: CASO EM BITURUNA EXPÕE GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE TRABALHO NA REGIÃO

O depoimento de Maurício, vítima de um grave acidente de trabalho, dá voz às estatísticas e chama atenção para a segurança no ambiente profissional

Por Jaqueline Castaldon

Foto: Arquivo Pessoal



Os acidentes de trabalho seguem sendo uma realidade preocupante na região da 6ª Regional de Saúde de União da Vitória, que já vinha registrando crescimento expressivo nos últimos anos e mantém números elevados também em 2025, mesmo antes da divulgação oficial do balanço anual.

Dados históricos mostram que 2023 foi o ano com maior número de notificações, somando 1.480 acidentes de trabalho, o maior volume desde o início da série, em 2006.

A tendência de alta se consolidou a partir de 2019 e se manteve nos anos seguintes, impulsionada pela retomada da atividade econômica e pelo aumento da exposição a riscos ocupacionais.

União da Vitória e Bituruna concentram a maioria dos acidentes.

Na análise por município, União da Vitória lidera o ranking histórico, com 2.189 acidentes de trabalho registrados entre 2006 e 2024, seguida de perto por Bituruna, com 2.172 notificações.

Juntas, as duas cidades concentram mais de 53% de todos os acidentes da Regional, evidenciando a relação direta entre volume de empregos, atividade industrial e riscos no ambiente de trabalho.



2025

Mesmo sem o fechamento oficial de 2025, os dados preliminares já acendem um alerta.

União da Vitória contabilizou 512 acidentes de trabalho notificados. Bituruna, até o fechamento da edição, não havia enviado os números à reportagem.

Os números reforçam que o problema segue atual e exige atenção constante de empresas, trabalhadores e órgãos fiscalizadores.

“Perdi um braço, mas não a vida”

É justamente em Bituruna, um dos municípios com maior número de registros, que um relato real ajuda a dimensionar o impacto humano por trás das estatísticas.

Maurício Ribas, de 25 anos, perdeu o braço em um grave acidente de trabalho ocorrido no dia 16 de janeiro deste ano, em uma madeireira do município. Em depoimento, ele contou com detalhes o que viveu naquele dia.

Segundo Maurício, o acidente aconteceu por volta das 10h20, após uma mudança repentina de função no setor onde trabalhava. A máquina em que ele atuava inicialmente apresentou problemas e, enquanto aguardavam o conserto, os trabalhadores foram direcionados para outra atividade, no descascador de toras.

Poucos minutos depois, ao tentar ajustar uma tora que havia atravessado sobre o rolo da máquina, o jovem foi atingido por um forte impacto.

A luva que usava acabou agravando a situação, puxando seu braço para dentro do equipamento. Em questão de segundos, o braço inteiro foi sugado pela máquina.

Mesmo com o acionamento do botão de emergência por um colega, a máquina demorou alguns segundos para parar. Maurício ficou cerca de 15 a 20 minutos preso, perdendo muito sangue, até que fosse possível desmontar parte do equipamento para retirá-lo.

Ele foi socorrido inicialmente em Bituruna e depois transferido para União da Vitória, enfrentando um trajeto difícil, com múltiplas paradas para conter o sangramento.

No hospital, passou por cirurgia de emergência, precisou receber transfusões e ficou internado na UTI.

Após a alta, complicações o fizeram retornar ao hospital, onde passou por nova cirurgia. Ainda em recuperação, Maurício resume o sentimento após sobreviver ao acidente:

“Perdi um braço, mas não perdi a vida. Como os médicos disseram, eu sou um milagre, nasci de novo. É isso que está me dando força todos os dias.”

Especialista alerta: segurança vai além da entrega de EPIs

A técnica em segurança do trabalho Mirchilene Ferreira Schwartz explica que a legislação brasileira é clara: toda empresa com CNPJ e funcionário registrado é obrigada a ter assessoria em segurança do trabalho, ainda que não possua um profissional fixo internamente.

Ela destaca que a prevenção não se resume à entrega de equipamentos de proteção individual (EPIs), mas passa obrigatoriamente por treinamento, orientação e acompanhamento constante.

“Entregar o EPI é fácil. Difícil é garantir que o trabalhador saiba usar, entenda para que serve e tenha consciência do que está sendo evitado, inclusive doenças que aparecem só no longo prazo”, explica.

Mirchilene também chama atenção para a saúde psicológica, frequentemente negligenciada no ambiente de trabalho. Segundo ela, um trabalhador emocionalmente fragilizado tende a se expor mais a riscos e cometer falhas que podem resultar em acidentes graves.

A especialista reforça ainda que as consequências muitas vezes são permanentes: perda de dedos, braços, pernas e até vidas. “Infelizmente, o óbito também faz parte da realidade da nossa região”, alerta.

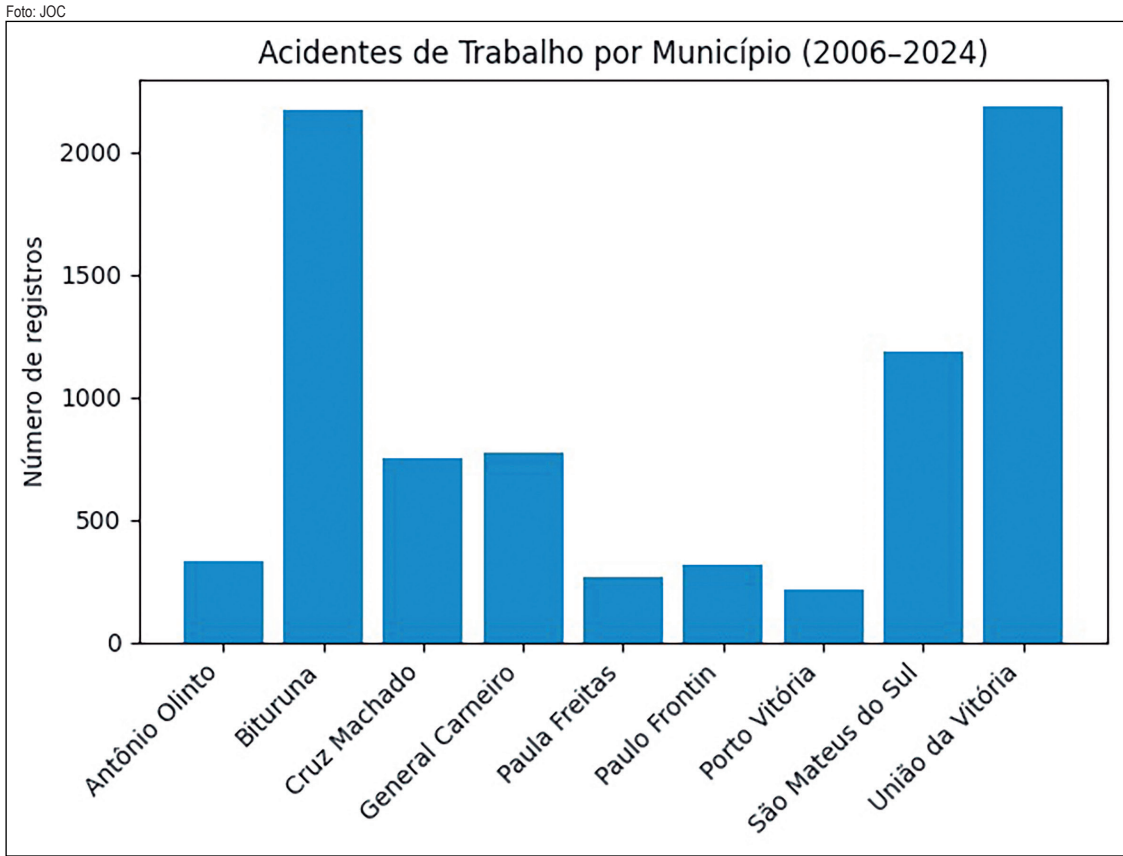
Estatísticas que representam vidas

Embora os números ajudem a dimensionar o problema, casos como o de Maurício mostram que cada notificação representa uma história, uma família e uma mudança radical de vida.

Com centenas de acidentes já registrados em 2025 apenas nos dois municípios da região, especialistas reforçam que a prevenção precisa ser tratada como prioridade diária — por empresas, trabalhadores e pelo poder público.

Acidentes acontecem, mas muitos deles podem ser evitados. Seguir normas, usar corretamente os equipamentos, respeitar treinamentos e pensar em quem espera a volta para casa pode ser a diferença entre mais um número na estatística ou a chance de continuar vivo.

Foto: JOC





Informando

Brittes Antônio Brittes
colunista@jornalocomercio.com

Dupla formada



Foto: Reprodução

Nas rodas políticas em Santa Catarina, o prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), vai renunciar ao mandato em abril para concorrer a vice-governador na chapa do governador Jorginho Mello (PL), candidato a reeleição.

Cresceu

A vereadora petista Thais Bieberbach confirmou que o PT é o segundo partido do país, com 1,67 milhão de inscritos. Foi o que mais cresceu, chegando a dezembro com 24.683 membros a mais.

Escolhido

O deputado federal Valdir Cobalchini foi escolhido como o melhor deputado de Santa Catarina e o sétimo do Brasil. A avaliação é feita com base em critérios técnicos, como o combate a corrupção, a assiduidade e a economia de verba pública.

Vestibular

O deputado Hussein Bakri, vai participar, no dia 02 de fevereiro, às 10 horas, no Cine Teatro Luz, do lançamento do vestibular da Unespar, que está no processo de incorporação da Uniuv. Os cursos de Administração, Educação Física, Engenharia Civil, Sistemas de Informação e Odontologia serão ofertados pela Unespar.

Confirmou

A deputada federal Gleisi Hoffmann, secretária das Relações Institucionais do governo Lula, usou as redes sociais para confirmar sua candidatura ao Senado nas eleições deste ano.

Levantamento (I)

Uma nova avaliação sobre o quadro eleitoral do Paraná para a disputa pelo Palácio Iguaçu mostra, novamente, a liderança da candidatura do Senador Sérgio Moro (União) em todos os cenários testados. O levantamento foi realizado pelo Instituto Paraná Pesquisa.

Levantamento (II)

Apesar da liderança nas intenções de voto, os dados de rejeição indicam um limite relevante ao crescimento eleitoral de Sérgio Moro. O senador aparece entre os mais citados, atrás apenas do deputado Requião Filho.

Garantido

O secretário da Infraestrutura, Sandro Alex, confirmou ao deputado Hussein Bakri, recursos necessários para recape, aumento da pista e balizamento noturno do aeroporto Prefeito José Cleto, em União da Vitória. A equipe do prefeito Ary Carneiro Junior será responsável pelos projetos.

Devolveu

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Alexandre Curi, disse que em 2025 foram devolvidos R$ 620 milhões ao Governo do Estado, recursos economizados que voltam em investimentos nas cidades. Também foram destinados R$ 200 milhões para fortalecer a construção de creches no Paraná.

/peloestado

[PeloEstado]

peloestado.com.br

MDB, PSD, PP e PSDB podem se unir para as próximas eleições

Depois que Jorginho Mello (PL) se uniu a Adriano Silva (Novo), deixando MDB "livre e aberto" a novas propostas, assim como fez (ou fará) com o PP, se trocar Amin por Carol De Toni na vaga ao Senado, o PSD já partiu com tudo para garantir o apoio dessas turmas.

E uma conversa que rolou esta semana entre João Rodrigues e Eron Giordani com parte da executiva do PSD, incluindo o presidente da Assembleia, Júlio Garcia, o presidente estadual do MDB, Carlos Chiodini; Valdir Cobalchini (MDB) e o presidente estadual do União Brasil e coordenador da Federação União Progressista, deputado federal Fábio Schiochet foi o primeiro passo para uma nova composição no cenário político catarinense.

Se a coisa engrenar, João dará aos partidos o que Jorginho prometeu, mas não entregou. Seu vice seria indicado pelo MDB e Amin ficaria com uma das vagas ao Senado.

Amin e Chiodini, inclusive, andaram em reunião com João Rodrigues para alinhar bem os planos futuros. Há ainda a expectativa de incorporar o PSDB neste bolo, tornando a ofensiva de João ainda mais forte para enfrentar Jorginho. Até porque, são eles os principais candidatos ao governo de um estado quase que totalmente de direita. Décio (PT) e Merísio (Psol) atuam como figurantes.

Mas, como Jorginho nunca perdeu uma eleição, a estratégia traçada e anunciada por ele e Adriano já deveria prever estas mudanças. Fato!

Julgamento retomado

No dia 5 de fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) irá retomar o julgamento que pode cassar o mandato do senador por SC Jorge Seif Júnior (PL). Eleito em 2022, o processo pede a cassação do mandato e a inelegibilidade do senador por suposta prática de abuso de poder econômico na campanha.

Proposto pela coligação Bora Trabalhar (PSD, Patriota e União Brasil), a ação acusa o senador, os dois suplentes ao Senado pela chapa, o proprietário das Lojas Havan, Luciano Hang, e o presidente do Sindicato das Indústrias Calçadistas de São João Batista, Almir Manoel Atanazio dos Santos, de terem praticado três ilícitos

Foto: Agencia Senado/Reprodução



eleitorais para dar suporte e favorecer indevidamente a candidatura de Jorge Seif ao Senado.

O julgamento teve início em 2024.

Nova Tributação

Uma lei sancionada no final do ano passado, encerrou a isenção sobre lucros e dividendos vigente desde 1995 e passou a exigir um novo olhar sobre a forma como sócios e empresas organizam a distribuição de resultados. A norma também instituiu o Imposto de Renda Mínimo para contribuintes com rendimentos anuais acima de R$ 600 mil, ampliando a carga tributária sobre a alta renda. Segundo o economista João Victor da Silva, da Orsitec, entre as estratégias para reduzir o impacto fiscal está o aproveitamento da isenção dos lucros acumulados até 31 de dezembro de 2025, desde que a distribuição seja deliberada até o próximo dia 31. Também ganham relevância o cuidado com retiradas concentradas ao longo do ano e o uso de alternativas como Juros sobre Capital Próprio, pró-labore e estruturas de holding patrimonial, sempre dentro das regras legais.

SC Day

O SC Day em Berna consolidou Santa Catarina como um ambiente confiável para cooperação tecnológica, atração de investimentos e internacionalização de empresas. A avaliação compartilhada por autoridades suíças, lideranças empresariais e representantes do governo catarinense indica que o encontro avançou da apresentação institucional para a construção de relações comerciais e técnicas com potencial de desdobramentos concretos no curto e médio prazo.A vice-governadora Marilisa Boehm destacou que a missão teve como foco gerar oportunidades concretas de negócios e investimentos.

Investimento em educação

O Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SED), anunciou o investimento de R$ 11,7 milhões para reforma e ampliação das escolas estaduais Antônio Gugliemi Sobrinho, em Içara, e Melchíades Bonifácio Espíndola, em Balneário Rincão.

O governador Jorginho Mello e a secretária de Estado da Educação, Luciane Ceretta, assinaram as ordens de serviço e oficializaram a iniciativa em mais uma ação do programa Escola Boa, do movimento Educação Levada a Sério. Também foi oficializada a entrega de um veículo escolar para o município.

Preocupante

Diante do avanço das propostas no Congresso Nacional, a Associação Empresarial de Florianópolis (ACIF) acompanha com atenção as propostas legislativas e Propostas de Emenda à Constituição em tramitação que tratam da alteração da jornada de trabalho. Entre elas, estão o projeto de lei que propõe a substituição da escala 6x1 pela 5x2, com limitação da carga semanal a 40 horas, e a PEC que prevê a redução da jornada para 36 horas. A forma como essas iniciativas vêm avançando amplia o grau de incerteza para atividades que dependem de operação contínua e escalas flexíveis, especialmente em setores estratégicos da economia local.

Posse

O advogado José Sérgio da Silva Cristóvam tomará posse na próxima quarta-feira, 4, como desembargador eleitoral efetivo do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na categoria Jurista, com mandato de dois anos. A sessão solene ocorrerá na Sala de Sessões Márcio Luiz Guimarães Collaço, situada no prédio sede do TRE-SC, em Florianópolis.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales***
Diagramação: ***Celina Sales***
Contato peloestado@gmail.com
***Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC**

ANVISA DISCUTIU NESTA SEMANA REGRAS PARA A PRODUÇÃO DE CANNABIS NO PAÍS

Cinco estados brasileiros já têm leis que autorizam cultivo medicinal

| Por Agência Brasil

Foto: Lovingimages/ Pixabay



A diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se reuniu na quarta-feira (28) para discutir a definição de regras específicas para a produção da cannabis medicinal no Brasil.

No encontro, realizado pela manhã na sede da agência, em Brasília, os diretores debateram a revisão da Resolução 327/2019, que atualmente regula o acesso a produtos à base de cannabis.

A definição de regras atende a uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em novembro de 2024, determinou a regulamentação do plantio da cannabis, desde que voltado exclusivamente para fins medicinais e farmacológicos.

Propostas

No início da semana, a Anvisa apresentou três propostas de resolução diferentes que normatizam a produção da cannabis medicinal, pesquisas científicas com a planta e o trabalho de associações de pacientes.

Em entrevista coletiva, o presidente da agência, Leandro Safatle, destacou que a demanda por produtos à base de cannabis cresceu exponencialmente ao longo da última década no país.

"No Brasil, a evolução do uso desses produtos tem sido registrada principalmente pelo aumento de importações individuais. Entre 2015 e 2025, ou seja, nos últimos 10 anos, foram mais de 660 mil autorizações individuais de importações."

"A gente tem também, no Brasil, autorizados 49 produtos de 24 empresas, aprovados pela Anvisa, disponíveis em farmácia. Cerca de 500 decisões judiciais para plantio de pessoas físicas ou jurídicas", completou.

Safatle destacou ainda que, atualmente, cinco estados brasileiros contam com leis que autorizam o cultivo de cannabis medicinal.

As normas propostas restringem a produção de cannabis a pessoas jurídicas e exigem inspeção sanitária prévia. Entre os requisitos de segurança estão o monitoramento por câmeras 24 horas e o georreferenciamento das plantações.

Além disso, a autorização será limitada a produtos com teor de THC igual ou inferior a 0,3%.

As medidas também abrem caminho para a produção, sem fins lucrativos, por parte de associações de pacientes. O objetivo é avaliar a viabilidade da produção em pequena escala, fora do modelo industrial, por meio de chamamento público.

Durante a entrevista, o diretor da Anvisa Thiago Campos ressaltou o rigor técnico para a elaboração das resoluções, além do alinhamento com a decisão do STJ e com diretrizes de órgãos internacionais.

"As medidas aqui definidas atendem aos requisitos de controle internacional, das condições da Organização das Nações Unidas e da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes e estão alinhadas àquilo que constou na decisão judicial do STJ."

As propostas serão analisadas pelo colegiado. Se aprovadas, as resoluções entram em vigor na data da publicação e terão validade inicial de seis meses.

Entenda

Em novembro de 2024, o STJ decidiu que a Lei das Drogas não alcança espécies de cannabis com concentrações muito baixas de tetrahidrocanabinol (THC), princípio ativo da planta que causa efeitos entorpecentes.

À época, os ministros concederam autorização a uma empresa que recorreu à Corte para importar sementes de cannabis com baixo teor de THC e alto teor de canabidiol, composto que não possui efeitos entorpecentes, mas traz benefícios medicinais.

Para que a decisão pudesse ser cumprida, o tribunal determinou a regulamentação da importação de sementes, do cultivo e da industrialização e comercialização de espécies de cannabis com baixa concentração de THC (menos de 0,3%).

Prazo prorrogado

O prazo estabelecido para a definição das regras, de seis meses, venceu em setembro de 2025, mas foi prorrogado em novembro do mesmo ano, após pedido da Advocacia-Geral da União (AGU).

Logo após a prorrogação, a Anvisa informou já ter iniciado as ações necessárias para o cumprimento da determinação, incluindo a coleta de contribuições da sociedade civil e a elaboração dos documentos técnicos e da minuta do ato regulatório.

"O trabalho também inclui o planejamento das etapas para monitoramento e controle sanitário após a regulamentação", destacou a agência.

Números

A estimativa da Anvisa é que mais de 670 mil pessoas no Brasil utilizem produtos à base de cannabis. O acesso a esse tipo de tratamento, segundo a Anvisa, ocorre, sobretudo, por via judicial.

Ainda segundo a agência, desde 2022, o Ministério da Saúde atendeu cerca de 820 decisões para a oferta desse tipo de produto.

"Embora sem regulamentação no país, muitas associações conseguiram autorização na justiça para produção de cannabis exclusivamente para uso medicinal", destacou a Anvisa.

AUTO MECÂNICA
ideal
NOSSOS SERVIÇOS:
suspensão
freios
injeção eletrônica
câmbio automático
troca de óleo do motor
troca de óleo do câmbio automático
motor
AGENDE UM HORÁRIO!
42 3522 7752
Av Manoel Ribas, 1726 - Centro
União da Vitória - PR

CONECTA
Aparelhos Auditivos
Audiometria
Imitânciometria
Seleção e adaptação de aparelhos auditivos
Pilhas e acessórios
Assistência técnica
Protetores de ouvido
Agende uma avaliação
42 9 9958 8945
42 3521 7444
Fonoaudióloga
Elaine Maltauro

ensina mais
QUER QUE SEU FILHO TENHA AS MELHORES NOTAS?
MATRÍCULAS ABERTAS
PORTUGUÊS
APOIO ESCOLAR
ROBÓTICA
MATEMÁTICA
PROGRAMAÇÃO
ESTAMOS EM UNIÃO DA VITÓRIA - PR

"RECEBI O CHAMADO DE DEUS POR VOLTA DOS NOVE ANOS", DIZ PADRE ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES

Pároco na paróquia Nossa Senhora do Rosário, ele ocupará o cargo de administrador diocesano

Da Redação

Foto: JOC



O Colégio de Consultores da Diocese de União da Vitória elegeu na quinta-feira, 22, o padre Antônio Carlos Rodrigues como administrador diocesano. Ele ocupará o cargo em função do início do período de vacância episcopal após a nomeação de Dom Walter Jorge como Bispo da Diocese da Campanha (MG).

Pároco na paróquia Nossa Senhora do Rosário, na região de Mallet, padre Antônio tem 53 anos, e 25 de ministério sacerdotal. Nesta semana, ele conversou com a reportagem de O Comércio sobre o sacerdócio e as funções que irá exercer como administrador diocesano.

Confira um trecho da entrevista:

Jornal O Comércio (JOC): Padre, nos conte um resumo de sua história de vida e como o senhor entrou no sacerdócio.

Padre Antônio Carlos Rodrigues (PACR): *Eu nasci no interior de São João do Triunfo, em Faxinal dos Fabricios. É uma comunidade que hoje faz divisa com Fernandes Pinheiro. Mas na época, era com Teixeira Soares. Eu inclusive fui batizado em Teixeira Soares. E a minha catequese, a minha vivência cristã na infância, foi numa comunidade chamada Avencal, pertencente naquele momento à Paróquia Imaculada Conceição de Teixeira Soares. Naquela comunidade eu cresci, participando com os meus pais e meus irmãos. Por volta dos 9 anos me tornei coroinha, e logo comecei a sentir esse chamado de Deus para o sacerdócio. E o interessante é que eu não falei nada para ninguém, nem sequer para os meus pais.*

Eu ajudava a fazer as novenas de Natal, fazer as leituras. A minha tia coordenava esse grupo de novenas, então eu estava sempre ajudando, assim como na igreja também. Dos 12 anos em diante esse chamado foi ficando cada vez mais forte. Eu lembro que eu rezava, só não tinha coragem de contar isso para alguém.

Até que um dia eu estava em casa com a minha mãe, porque meu pai estava em Irati com o meu irmão que estava internado. E nós trabalhando na roça. A gente plantava feijão. E era o que eu estava fazen-

do quando o padre Pedrinho e o padre Abrão chegaram lá em casa. Lá do carro mesmo o padre diz assim: é aqui que mora um coroinha que quer ser padre?

A história é misteriosa porque eu não tinha falado para ninguém. Então, às 02h da tarde, dia 17 de dezembro de 1985, veio aquela pergunta do padre. Minha mãe ainda atendeu o padre e disse: "Olha, aqui mora um coroinha, mas eu não sei se ele quer ser padre". Então, eu saí, conversei com o padre e depois eu fiquei pensando "quem que contou para ele". Mais tarde descobri que foi um senhor que era o coordenador dos grupos de novena.

(...) O padre me disse que as aulas iam começar em 17 de fevereiro, lá no seminário e que da parte deles eu poderia entrar. Ali já fui acertando tudo. (...) Em Irati eu fiz da quinta à oitava série. Depois eu fiz dois anos em Ponta Grossa, no internato São José. No terceiro ano eu voltei para Irati, no colégio São Vicente de Paula. Depois voltei para Ponta Grossa para fazer três anos de filosofia e teologia. E fui ordenado padre no dia 17 de fevereiro de 2001.

JOC: Qual o tamanho do desafio dessa missão de administrar a diocese? Foi uma surpresa ou o senhor já esperava por isso?

PACR: *Olha, recebi [a missão] com muito medo. Eu sou muito medroso. Por incrível que pareça eu vivo vencendo os meus medos. (...) Não foi diferente agora. Eu era um dos votantes. Eu já fazia parte do colégio dos consultores, e sabia que um de nós seria o eleito. Agora, jamais esperava que esse eleito seria eu. Eu esperava que fosse um outro padre. E, de repente, os votos vieram para o meu lado. O padre que presidiu a eleição foi o padre Antônio Kolodzinski, então caberia a ele perguntar para aquele que foi o mais votado se aceitaria ou não. E foi a pergunta que ele me fez. Eu disse sim. (...) Eu acredito que eu vou dar conta, porque eu acredito na força de Deus, na graça de Deus. Acredito no apoio e na ajuda também das pessoas, é só assim que a gente vai conseguir. Mas claro, é uma coisa completamente nova.*

JOC: O senhor conversou com o Dom Walter Jorge após a sua nomeação? Que legado o senhor acha que ele deixou aqui para a nossa região?

PACR: *Logo após a ordenação, o administrador se apresenta à Nunciatura Apostólica. Antes de falar com a Nunciatura, eu falei com Dom Walter e disse a ele que eu fui eleito. Dom Walter foi um grande bispo para nós, como também os outros que passaram por aqui. Cada um vai fazendo o seu melhor. E Dom Valter fez muito pela diocese. Um homem inteligente. Ele transmite paz. Ele sabe conduzir a diocese, os desafios que certamente ele também encontrou. Ele deixa, de fato, um grande legado.*

JOC: Quais serão as suas atribuições, o seu trabalho no dia-a-dia da diocese?

PACR: *O administrador não é alguém que fica em lugar do bispo, porque o bispo tem o seu lugar que não é substituído por outro. Eu vou descobrindo ainda. Na verdade, eu não saberia dizer para você quais são e todas as atribuições que eu tenho. Mas o administrador ele responde perante a igreja, e perante a sociedade civil também. Então, eu tenho essa missão. E, claro, a gente vai descobrindo dia após dia. O administrador tem algumas atribuições que são próprias do bispo,e outras não. Tem alguns limites. Por exemplo, eu não poderei transferir os padres, a menos que passe de um ano. Após um ano a gente pode transferir padres de paróquias, evidentemente conversando com cada um deles e de acordo com as necessidades da diocese e das paróquias, Então, veja que não são todas as atribuições do bispo que passam para o administrador. Na prática, eu vou conduzir a reunião dos padres, do clero. Preciso estar assim bastante presente nas pastorais. Tem bastante trabalho nesse sentido. Tem encontros na casa de formação. É o pastoreio, na verdade, é isto.*



Confira a entrevista na íntegra no nosso canal no YouTube:





MegaNet telecom
500 MBPS DE INTERNET + APLICATIVO WATCH + PARAMOUNT
R$ 99,90
Válido para União da Vitória, Porto União, Canoinhas e Três Barras.
WATCH
Paramount+
e muito+
(42) 3504-0800

ÓTICA REAL
Ótica e Relojoaria



A arte de fazer você ver o mundo de outra forma, com outro ângulo, mais nítido, perfeito.
(42)3522-1782 • (42)3522-1142
Joias, Óculos, Relógios e Presentes.
Rua Siqueira Campos nº 75 centro de Porto União

Rede BemViver®
seu amigo de construção
Moretto Bem Viver
Materiais de Construção
(42) 99829-0074
Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto 2485
Bairro São Bernardo (Ao lado da Lubrifhil)

OPINIÃO

O PERIGOSO HOMEM DO TOPETE LARANJA

| Por Walber Guimarães Junior

Muitos dos que me concedem a honra da leitura, ainda na adolescência, jogaram War, um game muito interessante que simulava uma guerra por espaços no planeta. Não estava na regra, mas era muito comum que os adversários fizessem acordos tácitos de não agressão e de divisão do mundo entre suas cores, priorizando destruir os demais e só depois decidir quem seria o chefe do planeta. Neste momento, nem tão implícito assim, Vladimir Putin, Xi Jinping e o indomável Donald Trump negociam suas áreas de influência e atropelam os demais players, todos enfraquecidos. Uma regra mudou: não importam apenas territórios, mas riquezas minerais e energia.

Putin iniciou a brincadeira com seu projeto de expansão que, neste momento, barbariza a Ucrânia, com a omissão de dezenas de nações que fingem que não enxergam nada. O leste europeu é sua área e, sem adversários, deve avançar por outros territórios. Xi Jinping é muito mais discreto, estabelecendo seu domínio com alianças econômicas que, aos poucos, vão impondo seu domínio político, com planos já maiores que a própria Ásia. Todavia, o mais perigoso é Donald Trump, a águia laranja, sentado no melhor exército do mundo, com bala na agulha para impor suas vontades como um garoto mimado. Sem freios, tem potencial para ser mais danoso que Adolf Hitler.

A história da humanidade é repleta de guerras de conquistas, em especial na Idade Média, onde extensão e terras eram sinônimo de riqueza, além da era dos descobrimentos com o mundo civilizado ampliando suas fronteiras para novos continentes, todavia, desde a segunda guerra mundial, exceto por conflitos localizados, vivemos um período de relativa tranquilidade com a comunidade internacional administrando bem as situações críticas principalmente pela força e credibilidade dos organismos regionais, Otan e outros, ou mundiais como a ONU. Mas americanos, russos e chineses tem planos muito maiores que suas fronteiras.

O século XXI acelerou a preocupação dos governos com a prevista escassez de recursos e de energia, além da alteração da matriz de riquezas da humanidade.

Países sem energia, petróleo ou formas alternativas, e sem matérias primas para a grande competição que se iniciou com a era digital, perderam competitividade e ainda que inundados de comodities dependerão do comércio externo para sobreviverem e estarão em flagrante desvantagens nas trocas comerciais, com expectativa negativa para suas economias. Para além dos sonhos imperialistas, Putin, Xi Jinping e Trump conhecem a regra do jogo.

Vladimir Putin foi o precursor do trio, usando ostensivamente a força militar para expandir suas fronteiras ao sul da Rússia e, quatro anos após, controlando quase trinta por cento do território original da Ucrânia, recorrendo à raízes históricas em suas justificativas como se pudesse iludir a todos acerca de sua cobiça das riquezas minerais ucranianas. Observe que não é um conflito tradicional com questões complexas a serem definidas, mas apenas uma agressão absurda contra uma nação independente que, ainda assim, não recebe a necessária condenação da comunidade internacional, mostrando que as conveniências impõem um silêncio vergonhoso ou apenas uma tímida reação diplomática para não gerar arestas como o mais poderoso.

A China de Xi Jinping é mais discreta e amplia sua área de influência com mais diplomacia e se valendo de sua força econômica. A estratégia tem se mostrando muito eficiente com os chineses assumindo o domínio e a exploração de riquezas em territórios alheios de forma pacífica, porém preocupando seus rivais pela posse de matérias primas, além daquelas em seu território, a colocando em vantagem na competição em diversas áreas estratégicas fundamentais. Nada, porém, indica que não possa pegar carona na ousadia de Putin e Trump e invadir Taiwan, aspiração sempre contida pela desaprovação da comunidade internacional, algo sem peso na atualidade.

Por fim, os olhos do planeta se concentram no homem do topete laranja, chefe da mais poderosa arma de guerra do planeta e com inegável vocação imperialista. É importante também considerar que Donald Trump age sempre como um experiente jogador de pôquer, blefando com maestria, arrotando sua superioridade para pavimentar suas reais ambições, nem sempre as mais explícitas. Ainda assim é provavelmente o ser humano com maior potencial destrutivo desde Adolf Hitler.

Trump invadiu a Venezuela, em ação cinematográfica, capturando o ditador Nicolas Maduro, facilitou a vida de Israel permitindo a destruição da Faixa de Gaza, constrange uma dúzia de países e já ameaçou invadir o México, Canadá, Colômbia e, com mais ênfase a Groelândia. É certo que a fila não termina por aí e, embora não efetive todas estas ações, em cada situação, respaldado pela força militar, soma vantagens comerciais com negociações ou tarifas unilaterais. Nada indica qual o limite do homem do topete laranja.

Ainda que, na maioria das vezes, o blefe seja apenas um handicap para a negociação, Trump representa o perigo mais iminente das últimas décadas, nos levando a imaginar que a reconstrução da teia de defesa da humanidade, através de suas instituições multilaterais, vai precisar de mais de uma década para ser refeita e algumas demandas coletivas, como a luta para defender o planeta do aquecimento, estão irremediavelmente comprometidas.

Desconsidere a questão ideológica, e o abandono pragmático de Jair Bolsonaro o demonstra, porque é o dinheiro que move Donald Trump e, se necessário, atropela o Judiciário americano, como já o fez, e o Congresso, restando saber qual será o mecanismo que vai utilizar para lhe permitir um novo mandato. Trump é um risco para a paz mundial e ainda assim recebe a solidariedade de setores inconsequentes da direita mundial. Seus aliados são ocasionais e descartáveis após estenderem a escada que o leva aos seus objetivos e não há nenhum contexto ideológico nisto.

Donald Trump divide o mundo em três forças complementares, abre os olhos para o continente americano, como se fosse o quintal americano, e estende as mãos para impor seu domínio na Europa Ocidental, deixa o caminho livre para Putin no leste europeu e assiste impassível o avanço da influência chinesa pela Ásia.

Como no tradicional jogo de War, deixa apenas três cores no tabuleiro e depois, na era pós Trump, os sucessores que resolvam o problema. Talvez reconstrua o poderio econômico americano, combalido depois de décadas atuando como patrono da humanidade, mas, certamente, deixará uma conta absurda para a humanidade pagar por seus arroubos e sua irresponsabilidade.

Infelizmente, somos impotentes para detê-lo e isto é missão exclusiva dos americanos, porque literalmente, quem pariu o monstro que o embale.

Opinião
Por André Marsiglia

A VELHA IMPRENSA QUE PARIU MORAES E TOFFOLI

O Supremo Tribunal Federal deixou de ser um poder constitucional quando parte dos ministros passou a usar o cargo para fazer política, da pior espécie, tornando a Corte um trampolim para projetos pessoais, empresariais e, em alguns casos, até mesmo ilegais.

A velha mídia, se não pariu os abusos dos ministros, os adotou de bom grado, legitimando todo o processo de corrosão que passou a existir a partir de 2019, com a instauração do inquérito 4781, ou "das fake news".

Uma imensa parte da imprensa tradicional enxergou ali uma conveniência. Sob a narrativa de que as redes sociais seriam "tóxicas" e ameaçariam a democracia, construiu-se um discurso moralizante que escondia um interesse mais prosaico: a concorrência.

As redes passaram a disputar audiência, influência e protagonismo com a imprensa. Permitiram o surgimento de um jornalismo independente, amador até mesmo. Reduziram o poder dos grandes veículos. Era natural, portanto, que a mídia tradicional visse com simpatia qualquer poder estatal capaz de enfraquecer essa novidade.

Sob o pretexto de combater "desinformação", passou-se a censurar comunicadores, influenciadores e veículos alternativos. Do ponto de vista político, também era conveniente, pois os alvos do inquérito eram evidentes: a direita e o bolsonarismo. Não é segredo que parcela relevante do jornalismo brasileiro é ideologicamente alinhada à esquerda. Mesmo os donos dos veículos tradicionais, que muitas vezes rejeitam a esquerda, rejeitam igualmente a direita e se dizem neutros, tendendo a enxergar o bolsonarismo como uma ameaça às suas pretensões.

Formou-se, assim, um alinhamento tácito da imprensa com o Supremo. A mídia silenciou diante de ilegalidades, relativizou garantias constitucionais, justificou abusos dos ministros e tratou exceções como regra. Acreditou que estava protegida. Apoiou o arranjo enquanto lhe foi útil.

Se, em 2019, houvesse a mesma disposição crítica que agora surge no caso do Banco Master, certamente a escalada autoritária teria sido contida. Talvez ministros não tivessem aprendido que podem tudo. Mas não houve reação. Houve conivência.

Hoje, a grande imprensa começa a perceber o monstro que pariu ou que ajudou a criar. Descobre, talvez tardiamente, que instituições acostumadas a agir sem freios não selecionam vítimas.

Um sistema treinado para perseguir jornalistas independentes, cedo ou tarde, avança sobre os grandes veículos. A censura revela sua natureza estrutural e a velha mídia pode passar a sofrer o que ignorou por anos. Pressões, investigações informais, constrangimentos, silenciamentos.

Durante anos, poucas vozes, dentre as quais a minha, alertaram para o caráter excepcional e perigoso da conduta dos ministros. Tudo foi ignorado, ridicularizado, tratado como uma visão radical.

Quando eu defendia a Constituição, a imprensa chamava minha posição de "bolsonarismo". Agora, pagaremos o preço da cegueira. Não foi por falta de aviso.



André Marsiglia é advogado e professor. Especialista em liberdade de expressão e direito digital. Pesquisa casos de censura no Brasil. É doutorando em direito pela PUC-SP e conselheiro no Conar. Escreve semanalmente para o Poder360, onde este artigo foi originalmente publicado.

[PeloEstado] ENTREVISTA

Mulheres na advocacia: voz, representatividade e transformação

Por Gisele Kravchychyn, advogada e vice-presidente da OAB/SC

É essencial lembrar de figuras femininas que marcaram a história da advocacia com determinação, resistência e senso de justiça.

Em 1770, uma jovem escravizada ousou desafiar a opressão. Esperança Garcia, com apenas 19 anos, escreveu uma petição ao governo colonial denunciando os maus-tratos que sofria, a separação de sua família, as agressões contra seu filho e as violências vividas por outras mulheres escravizadas. O documento, redescoberto em 1979, é hoje reconhecido como a primeira petição assinada por uma mulher no Brasil. Em 2022, seu nome foi oficialmente homenageado pelo Conselho Federal da OAB como a primeira advogada brasileira.

Décadas mais tarde, outra mulher abriria caminho de forma oficial: Myrthes Gomes de Campos tornou-se, em 1906, a primeira mulher a se inscrever no Instituto dos Advogados Brasileiros. Sua atuação no Tribunal do Júri ampliou o debate sobre o papel das mulheres no Direito e inspirou novas gerações.

Os gestos de Esperança Garcia e Myrthes Gomes de Campos marcam o início de uma longa trajetória de pioneirismo. Em contextos distintos, ambas enfrentaram barreiras impostas pela exclusão, deixando um legado de inteligência e superação.

Desde então, o exercício profissional feminino tem se consolidado mesmo diante de obstáculos históricos e sociais.

A atuação das mulheres no Direito reafirma, todos os dias, a capacidade de transformar desigualdades em conquistas e de promover uma sociedade mais justa.

Apesar dos avanços, ainda há desafios importantes. As múltiplas jornadas, a sub-representação em espaços de liderança e os preconceitos estruturais seguem exigindo respostas. É nesse cenário que a advocacia exercida por mulheres ganha ainda mais relevância.

Hoje, somos maioria entre os profissionais da área, ocupando espaços e construindo uma trajetória sólida de reconhecimento. Nas inscrições mais recentes da OAB e nos cursos de Direito, as mulheres lideram as estatísticas.

Em Santa Catarina, desde 2022, a OAB adotou a paridade na ocupação dos cargos eletivos, ou seja, a garantia de que homens e mulheres tenham representação igualitária nas chapas que concorrem à direção da instituição. Agora, com o início da gestão 2025/2027, presidida por Juliano Mandelli, e composta por uma diretoria paritária, esse compromisso se traduz em novas ações efetivas.

O Conselho Estadual da OAB/SC aprovou em 11 de março medidas que fortalecem a equidade, como: inclusão obrigatória de advogadas nas mesas diretivas e espaços de fala; programas de capacitação em gestão, liderança e oratória; estímulo à produção acadêmica com protagonismo feminino; criação da Procuradoria e da Ouvidoria da Mulher Advogada; ações de combate à violência doméstica contra a mulher advogada; implementação do Protocolo de Ambiente Seguro nos eventos institucionais; além da criação do Fórum da Mulher Advogada, dedicado à escuta ativa e formulação de políticas inclusivas.

A presença feminina qualifica o debate, amplia olhares e contribui diretamente para uma advocacia mais plural e sintonizada com os desafios do presente.

Seguiremos juntas e juntos, somando trajetórias e experiências, com diálogo aberto e participação efetiva. Afinal, não há fortalecimento institucional sem diversidade nem futuro promissor sem igualdade.

A advocacia exercida por mulheres é a força que inspira, transforma e constrói uma sociedade melhor. Seguiremos unidos, homens e mulheres, abrindo caminhos para garantir que todos possam trilhar os seus.



Nas inscrições mais recentes da OAB e nos cursos de Direito, as mulheres lideram as estatísticas.

Foto: Asses. Comunicação

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com***

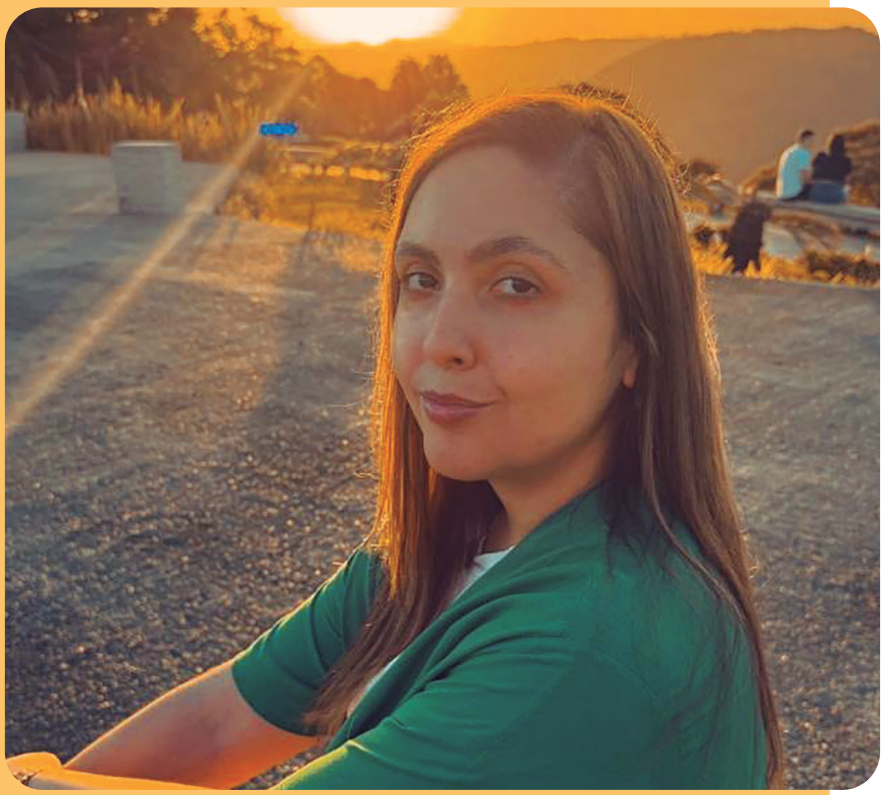
Diagramação: ***Celina Sales***

JOC COLUNA SOCIAL

RADAR



POR ANA CABRAL & SITAMAR BRITTES



A querida **Amanda Zanetti** faz aniversário na segunda-feira, 02 de fevereiro, e recebe o carinho de familiares e amigos. **Parabéns!**



Helen Siqueira comemorou aniversário na quinta-feira, dia 29. Em especial momento, aguarda a chegada do terceiro filho, Mathias. Na foto, aparece ao lado do esposo, Fábio — comunicador da Massa FM Vale do Iguaçu — e dos filhos, Marlos e Martin. **Parabéns!**

FENIX TELE ENTREGA

BUSCAMOS E ENTREGAMOS SUA ENCOMENDA

(42) 99860-1769





Aniversário em dose dupla na família Reolon. No sábado, dia 31, **Dilma e Mark Reolon**, mãe e filho, comemoraram aniversário. **Parabéns!**

ESPORTE

Por Ricardo Silveira

DESAFIO ACORVALI TESTA RESISTÊNCIA NA SUBIDA DO CRISTO

Prova teve largada ao pé do morro e chegada no topo da escadaria

Foto: Divulgação Acorvali



Na manhã deste domingo (25), atletas da região participaram do Desafio Acorvali – Subida do Cristo, evento promovido pela Associação de Corredores de Rua do Vale do Iguaçu (Acorvali). A prova integrou o calendário local de corrida de rua e foi marcada pelo alto nível de exigência física do percurso.

Com largada ao pé do morro e chegada no topo da escadaria do Cristo, a competição reuniu 74 inscritos, dos quais 69 concluíram o trajeto, considerado curto, porém intenso. O formato da prova exigiu preparo físico e resistência dos participantes.

Entre os destaques do evento esteve a professora Aline Maura, que, mesmo grávida de seis meses, completou o percurso ao lado dos demais corredores, sendo reconhecida pelo espírito esportivo e determinação.

Na classificação geral masculina, Irimeu conquistou o primeiro lugar ao registrar o tempo de 9min23s, seguido por Jhoni (9min24s) e Saldanha (9min36s). Everaldo (10min19s) e Paulo D. (10min47s) completaram as cinco primeiras colocações.

Já na categoria geral feminina, a vitória ficou com Pricila, que concluiu a prova em 11min12s. Tati garantiu o segundo lugar (11min32s), seguida por Denise (12min06s), Mônica (12min12s) e Delair (12min27s).

FESTIVAL DE VERÃO 2026 ABRE INSCRIÇÕES EM UNIÃO DA VITÓRIA

Evento esportivo reúne competições, ações solidárias e atrações musicais

Foto: Arquivo JOC



Estão abertas as inscrições para o Festival de Verão 2026, evento esportivo tradicional que será realizado no Estádio Municipal Antiocho Pereira, em União da Vitória. Considerado um dos principais encontros esportivos do calendário local, o festival reúne diferentes modalidades e aposta na integração entre esporte, lazer e responsabilidade social.

O período de inscrições segue até o dia 13 de fevereiro. A participação das equipes está condicionada à doação de alimentos não perecíveis, que serão destinados a ações sociais no município. A iniciativa reforça o caráter solidário do evento, mantido ao longo das edições anteriores.

As inscrições podem ser efetuadas por meio de formulário on-line, disponibilizado nos canais oficiais do evento, ou de forma presencial na Secretaria Municipal de Esportes. A organização orienta que os interessados atentem aos prazos e às exigências específicas de cada modalidade.

Diversidade de modalidades

A programação esportiva contempla categorias livres e de base, abrangendo diferentes faixas etárias. Estão confirmadas disputas de Futebol 7, Futsal, Vôlei de Praia, Futevôlei, Basquete 3x3, além de Skate e Corrida de Rua. A proposta é ampliar o acesso ao esporte e estimular a participação de atletas amadores e jovens do município e da região.

Programação cultural

Além das competições, o Festival de Verão contará com apresentações musicais no período da tarde, a partir das 17h. No sábado, o palco será ocupado pelo Grupo Flow Drive, com repertório voltado ao rock dos anos 1980. No domingo, a atração será o Grupo Marombolé, com apresentações de pagode.

De acordo com a organização, novas atrações e detalhes da programação devem ser divulgados nos próximos dias. A expectativa é de que o Festival de Verão 2026 movimente o Estádio Antiocho Pereira e consolide o evento como espaço de convivência comunitária, incentivo ao esporte e fortalecimento de ações solidárias.









publique aqui

edital@jornalocomercio.com



A FORÇA QUE VEM DA INDÚSTRIA

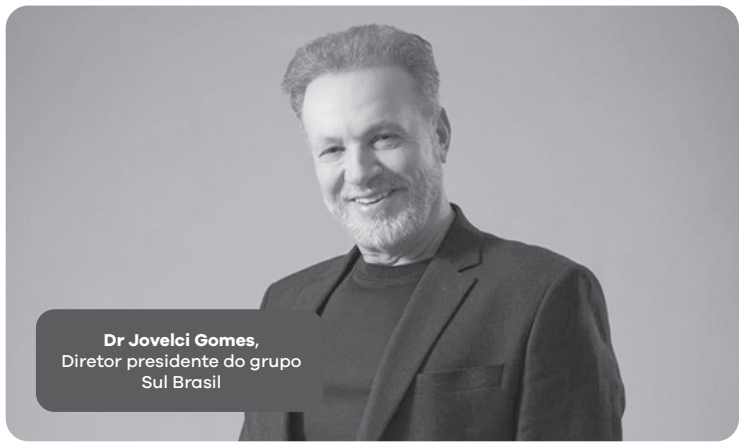
| Por Dr Jovelci Gomes

Santa Catarina é um polo industrial de produção e tecnologia que orgulha o Brasil. O setor produtivo e a classe política precisam andar juntos, o momento exige equilíbrio e é preciso pacificar o Brasil.

Temas importantes precisam ser colocados a mesa, como a reforma política e tributária que desonere as empresas deixando-as mais competitivas e um novo pacto federativo que inverta a pirâmide, não é possível tudo o que se arrecada nesse país ir parar tudo em Brasília.

O melhor programa social que pode existir é a geração de emprego e renda, aliado ao fortalecimento do terceiro setor, cursos profissionalizantes e educação de qualidade.

Este é o Brasil dos sonhos, diálogo e a participação efetiva da classe empresarial precisa estar no centro da discussão política que definirá o pleito eleitoral de 2026.



Dr Jovelci Gomes,
Diretor presidente do grupo Sul Brasil

CASO ORELHA: O QUE SE SABE ATÉ AGORA SOBRE A MORTE DO CÃO EM SC

Cachorro foi agredido por quatro adolescentes na Praia Brava

| Da Agência Brasil

Foto: Reprodução/Redes sociais



A morte brutal do cachorrinho Orelha, na Praia Brava, litoral de Santa Catarina, causou comoção nacional. Cão comunitário, ele foi atacado por um grupo de adolescentes no dia 4 de janeiro. Após ser socorrido e levado a uma clínica veterinária, o cachorro teve que ser submetido à eutanásia no dia 5, em razão da gravidade dos ferimentos, .

Ao longo do mês de janeiro, o caso já teve muitos desdobramentos, inclusive com operação da Polícia Civil do estado. Entenda tudo o que se sabe até agora:

Ataque a Orelha

Orelha, um cachorro comunitário de cerca de 10 anos de idade que vivia na Praia Brava, em Santa Catarina, foi atacado por quatro adolescentes. Muito ferido, ele foi levado para uma clínica veterinária, que o submeteu à eutanásia.

Coação

Familiares dos adolescentes são suspeitos de coagir testemunhas da ação contra Orelha e atrapalhar o andamento da investigação.

Polícia

Devido à enorme repercussão, a Polícia Civil de Santa Catarina passou a investigar o caso. Em 26 de janeiro foi deflagrada uma operação para cumprimento de mandados de busca e apreensão contra os adolescentes e os adultos responsáveis. Foram apreendidos celulares e dispositivos eletrônicos. A polícia também vem ouvindo várias pessoas para entender melhor como tudo aconteceu.

Quem são os adultos?

A polícia não revela nomes, mas informou que entre os parentes ligados aos jovens estão dois empresários e um advogado.

Disney

Segundo a polícia, dois dos adolescentes estão nos Estados Unidos, na Disney, numa viagem que já estava programada.

Imagens

Até o momento, a polícia já ouviu mais de 20 pessoas e analisou mais de 72 horas de imagens colhidas em 14 câmeras de monitoramento públicas e privadas.

Alguém foi preso?

Até o momento, não há ninguém detido pela polícia de Santa Catarina.

Indiciamento

Ninguém foi preso até agora, mas a polícia civil indiciou os familiares dos adolescentes pelo crime de coação.

Caramelo

As autoridades também investigam um outro caso de agressão feito pelos adolescentes contra o cachorro conhecido como Caramelo. O animal conseguiu escapar dos ataques do grupo.

Adolescentes podem ser responsabilizados?

Sim, podem. A eles podem ser aplicadas medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Menores de 18 anos são inimputáveis perante a lei.

O que é um cão ou gato comunitário?

Embora não tenha um tutor único ou definido, o animal comunitário vive em uma determinada comunidade (rua, bairro, condomínio) e estabelece laços de afeto e manutenção com moradores ou comerciantes locais . Eles são cuidados coletivamente, recebendo alimentação, abrigo e, em alguns casos, vacinação e castração. Após a repercussão do caso Orelha, foi aprovada, em Santa Catarina, a Lei nº 19.726, que institui a Política Estadual de Proteção e Reconhecimento do Cão e Gato Comunitário. Segundo o governo catarinense, o texto garante que esses animais também precisam ser protegidos pela sociedade e pelo Poder Público.

GOVERNO DE SANTA CATARINA CONTABILIZA MAIS DE R$ 5 BILHÕES EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Programa Estrada Boa é o principal eixo dessa transformação em diferentes regiões do Estado

| Por Agência Catarinense de Notícias

Foto: Thiago Kaue / SECOM



Santa Catarina vive um dos maiores ciclos de investimentos em infraestrutura da história. Com planejamento técnico, presença efetiva em todas as regiões e um volume recorde de recursos aplicados, o Governo do Estado tem realizado uma transformação estrutural na malha viária catarinense, impactando diretamente a logística, o escoamento da produção e a mobilidade de quem vive e trabalha no estado.

Somando obras estruturantes, revitalizações, serviços de conservação e manutenção, o Governo de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), está investindo mais de R$ 5,15 bilhões.

Em um breve comparativo, entre 2019 e 2022, os aportes somaram R$ 1,96 bilhão, com valores anuais que variaram entre R$ 347 milhões e R$ 896,8 milhões. Já no período de 2023 a 2025, os investimentos mais que dobraram, alcançando R$ 4,36 bilhões, com crescimento contínuo ano a ano: R$ 674,9 milhões em 2023, R$ 1,6 bilhão em 2024 e R$ 2,1 bilhões em 2025.

Investimentos que levaram a conclusão do Trevo de Maravilha, viabilizada com recursos do Governo de Santa Catarina em parceria com a prefeitura, solucionou um dos pontos mais críticos e perigosos da ligação entre as BRs-282 e 158, trazendo segurança viária e fluidez ao tráfego regional. Situação semelhante ocorreu em Itajaí, no Litoral Norte, com a conclusão das alças de acesso da BR-101 à Rodovia Deputado Antônio Heil, a SC-486, obra estratégica para a mobilidade urbana e para o escoamento da produção industrial e portuária da região.

"Essas entregas nos orgulham porque colocam um ponto final em esperas de décadas. Um descaso com a população empurrado por anos. A gente pega e resolve. Tem sido assim nesses três anos. Com responsabilidade e boa vontade no uso do dinheiro dos catarinenses, os investimentos vão pra onde precisa de verdade", afirmou o governador Jorginho Mello.

Estrada Boa

O principal eixo dessa transformação é o Programa Estrada Boa, lançado em agosto de 2023 pelo governador. Ao fim de 2025, o programa alcançou um marco inédito: 84% dos 5,3 mil quilômetros pavimentados de rodovias estaduais estão classificados como em condições ótima ou boa.

Segundo o secretário adjunto de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando, o salto é expressivo quando comparado ao quadro encontrado no início da gestão. "Quando assumimos, o cenário era preocupante. Um levantamento da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística de Santa Catarina (Fetrancesc) apontava que pouco mais de 26% das rodovias estaduais estavam em boas ou ótimas condições. Em apenas dois anos, praticamente triplicamos esse percentual, refletindo a maior ofensiva de recuperação viária já executada no estado", destaca Grando.

Até o momento, o Estrada Boa tem 60 obras concluídas, enquanto outras 50 estão em andamento e 25 a inaugurar. Desde o início, o programa contabilizou 2.130 quilômetros de projetos, com intervenções diretas em 1.037 quilômetros de rodovias. O financiamento inclui recursos internacionais, com US$ 375 milhões captados, sendo US$ 75 milhões de contrapartida do Estado.

Convênios com municípios

Além das rodovias estaduais, o Governo tem ampliado de forma significativa os investimentos em parceria com os municípios. Somente em 2025, foram repassados quase R$ 858,8 milhões em 721 transferências para obras estruturantes nas cidades catarinenses. Atualmente, a SIE mantém 2,4 mil convênios em andamento com prefeituras de todas as regiões.

"Esse volume histórico de parcerias garante que as melhorias em infraestrutura também cheguem às áreas urbanas e rurais, fortalecendo acessos locais, vias estratégicas e a mobilidade regional, com impacto direto na qualidade de vida da população", disse o secretário adjunto de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando.

Estrada Boa Rural

A melhora significativa da infraestrutura também alcança o interior do estado. Lançado em julho de 2025, o Programa Estrada Boa Rural é uma iniciativa inédita que prevê a pavimentação de 2.500 quilômetros de estradas rurais em municípios de todas as regiões, com investimento total de R$ 2,5 bilhões.

O programa foi concebido como uma parceria entre o Estado e os municípios. Do total de recursos, R$ 1,25 bilhão será transferido diretamente às prefeituras por meio de Convênios Simplificados, enquanto o outro R$ 1,25 bilhão será aportado por meio das agências financeiras do estado, BRDE e Badesc. O Governo do Estado cobre 100% dos juros e correções dos financiamentos, com um ano de carência e quatro anos para pagamento da contrapartida municipal.

Atualmente, Santa Catarina conta com cerca de 2 mil quilômetros de estradas municipais pavimentadas, sem considerar as rodovias estaduais e federais. Com o Estrada Boa Rural, esse número chegará a 4,5 quilômetros, um crescimento de 126%, ampliando o acesso, fortalecendo a produção agrícola e impulsionando o desenvolvimento do interior catarinense.

CÂMARA MANTÉM VETO SOBRE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PORTO UNIÃO

Sessão extraordinária teve mobilização da categoria e debate sobre previdência e plano de carreira

Por Ricardo Silveira

A Câmara de Vereadores de Porto União realizou, na noite desta terça-feira (27), a 3ª Sessão Extraordinária de 2026 para deliberar sobre o veto da Prefeitura Municipal ao projeto que previa alterações nas regras de aposentadoria dos servidores públicos municipais. A sessão foi acompanhada por servidores e contou com a presença da Polícia Militar, acionada para garantir a segurança e a ordem no plenário.

Servidores públicos compareceram em grande número à Câmara para acompanhar a votação e manifestar posicionamento contrário ao veto. De forma pacífica, a categoria utilizou cartazes e um abaixo-assinado solicitando aos vereadores a derrubada da decisão do Executivo, alegando que a medida retira regras de transição e compromete o futuro previdenciário dos servidores.

Para que o veto fosse rejeitado, eram necessários seis votos, conforme o quórum regimental. No entanto, apenas quatro vereadores votaram contra, o que resultou na manutenção do veto e no retorno do projeto ao texto original.

A presidência do Legislativo informou as ausências justificadas dos vereadores Miguel Von Guilsa (Podemos), Vanderlei Werle (União Brasil) e Vanessa Witiuk Ferreira (PSD).

Votaram pela manutenção do veto os vereadores Alceu Jung (PSDB), Gildo Masselai (PL) e Walbert de Paula e Souza (PL). Já os votos contrários ao veto foram de Almir Borini (PP), Ana Cristina Alves de Paula (União Brasil), Fernando Batista Alves (PSDB) e Luiz Alberto Pasqualin (PDB).

Sindicato aponta prejuízos aos servidores

Após a sessão, a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Porto União, Aladia Troyon, afirmou que a discussão sobre a previdência dos servidores vem ocorrendo há anos e criticou a manutenção do veto.

Segundo ela, as emendas apresentadas pelo sindicato chegaram a ser aprovadas pelos vereadores, mas foram vetadas pelo Executivo sob a justificativa de falta de recursos.

“A gente tem consciência de que existe um fundo previdenciário saudável e que poderia ser mantida essa regra de transição para os funcionários”, afirmou.

Aladia destacou que, na avaliação do sindicato, a decisão afeta diretamente o futuro dos servidores públicos.

“A aposentadoria vai ficar muito ruim, sem regra de transição, ficando pior do que a regra geral do INSS”, disse, ao relatar frustração da categoria com o resultado da votação.

Câmara defende sustentabilidade

O presidente da Câmara de Vereadores de Porto União, Sandro Calikoski, afirmou que a decisão foi tomada com base em critérios técnicos e na necessidade de garantir a sustentabilidade do fundo previdenciário municipal a longo prazo.

“Nós precisamos tratar esse tema com responsabilidade. Existem exemplos de cidades vizinhas que enfrentam sérios problemas previdenciários, e não queremos que Porto União chegue a esse ponto”, declarou.

Segundo Calikoski, o projeto passou por cálculo atuarial e ampla discussão antes da votação. Ele explicou que, com a manutenção do veto, o texto original prevê aposentadoria com 80% da média salarial, além de um pedágio, em modelo considerado mais sustentável do que a proposta vetada.

O presidente da Câmara também aproveitou para destacar avanços recentes relacionados ao plano de carreira e à valorização salarial dos servidores públicos municipais. De acordo com ele, o Legislativo aprovou, nos últimos dias, a reposição salarial de 3,9% e um reajuste diferenciado que beneficia principalmente os servidores com menores salários.

“Além da reposição, houve um aumento substancial para quem ganha menos. Em alguns casos, o reajuste chega a cerca de 90%, tudo dentro da legalidade e do plano de carreira”, afirmou.

Calikoski reconheceu a insatisfação dos servidores com o resultado da votação, mas ressaltou que decisões envolvendo previdência exigem cautela.

Com a manutenção do veto, o projeto retorna ao seu texto original. Segundo a presidência da Câmara, o tema ainda poderá ser debatido em plenário, embora sem possibilidade de alterações, mantendo o acompanhamento do Legislativo, do sindicato e da administração municipal.

